



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 103 /2023

Maceió, 27 de NOVEMBRO de 2023

Asssembleia Legislativa de Alagoas  
PROTOCOLO GERAL 3296/2023  
Data: 29/11/2023 - Horário: 11:20  
Legislativo

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 131/2019 que *“Dispõe sobre a cassação da inscrição estadual de empresas que cometam crimes ambientais, maus-tratos a animais, se envolvam em corrupção, e dá outras providências.”*, pelas razões adiante aduzidas.

**Razões do veto:**

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 131/2019, sua sanção não se apresenta possível, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

O prospecto legislativo trata sobre a cassação da inscrição estadual de empresas que cometam crimes ambientais, maus-tratos a animais e se envolvam em corrupção. Ocorre que, ao narrar em seu art. 2º que a cassação da inscrição estadual dar-se-á depois do trânsito em julgado da sentença condenatória do processo judicial relativo ao delito praticado pela empresa, acaba por infringir matéria constitucional, pois não dispõe apenas sobre a responsabilização administrativa ambiental, que é atribuição do Estado-Membro, mas sim invade a competência legislativa da União para dispor sobre direito penal, mesmo que sob o ângulo do direito penal ambiental.

A previsão de tal suspensão das atividades de pessoas jurídicas que pratiquem delitos ambientais ou lesivos à administração pública, também já se encontra positivada na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a qual em seu art. 22, I, versa sobre os crimes ambientais.

Além disso, a referida previsão também já consta na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que em seu art. 19, II, versa sobre a responsabilização das pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública.

Tais previsões dispõem nitidamente sobre direito penal, mesmo que não estejam inseridas no âmbito do Código Penal, reforçando a inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei ao invadir a competência da União, prevista no inciso I do art. 22 da Constituição Federal.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 131/2019, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

  
**PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS**  
Governador

Excelentíssimo Senhor  
**Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS**  
**Presidente da Assembleia Legislativa Estadual**  
**NESTA**